

# As concepções de ruptura revolucionária em Immanuel Wallerstein e Ruy Marini em perspectiva comparada\*

*The conceptions of revolutionary rupture in Immanuel Wallerstein and Ruy Marini in comparative perspective*

Raphael Lana Seabra\*\*

## Resumo

Nos últimos anos os debates ao redor da teoria da dependência e da análise dos sistemas-mundo têm crescido substancialmente no Brasil. São muito interessantes as discussões suscitadas no país ao redor da *convergência/divergência* entre as duas correntes de pensamento. Nesse sentido, o presente texto coloca como objetivo central comparar a concepção de ruptura revolucionária de Immanuel Wallerstein com a de Ruy Mauro Marini, os principais expoentes das correntes acima mencionadas. Consideramos que se trata de uma das questões mais polêmicas, mas também a menos debatida. De tal modo, o texto inicialmente passa pela apresentação do modo como cada autor concebe a transformação revolucionária, para ao final compará-las e avaliar as consequências políticas de uma aproximação teórica.

**Palavras-chave:** Teoria da Dependência – Análise do Sistema-Mundo – Revolução – Transição

## Abstract

*In recent years debates around dependency theory and world-systems analysis have grown substantially in Brazil. The discussions in the country around the convergence/ divergence between the two currents of thought are very interesting. In this sense, the main objective of this text is to compare Immanuel Wallerstein's conception of revolutionary rupture with that of Ruy Mauro Marini, the main exponents of the afore mentioned currents. We consider this to be one of the most controversial issues, but also the least debated. Thus, the text initially goes through the presentation of how each author conceives the revolutionary transformation, in order to compare them and evaluate the political consequences of a theoretical approach.*

**Keywords:** *Dependency Theory – World-system Analysis – Revolution - Transition*

\* Agradeço a Ana Maria Prestes Rebelo pelos comentários e sugestões ao texto. Este ensaio é resultado da participação em mesa-redonda no XI Colóquio Internacional em Economia Política dos Sistemas-Mundo, realizado na Universidade de Brasília em agosto de 2017, deixo também meu agradecimento pelas questões suscitadas pelos presentes no evento.

\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas e do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (ELA-UnB, pesquisador e coordenador do Grupo de Estudos sobre Pensamento Crítico Latino-Americano (ECLA-UnB). Contato: raphaelseabra@hotmail.com

## Introdução

Nos últimos anos, os debates ao redor da teoria marxista da dependência (TMD) e da análise dos sistemas-mundo (ASM) têm crescido substancialmente no Brasil. A partir da questão da dependência, encontramos análises que reavaliam desde a trajetória intelectual dos autores da vertente marxista da dependência até a vitalidade de categorias como superexploração e subimperialismo, enquanto a partir dos sistemas-mundo temos análises sobre a inserção brasileira na economia-mundo, revisitações do conceito de semiperiferia e a formulação de uma teoria marxista do sistema mundial. Igualmente interessantes são as discussões suscitadas no país ao redor da *convergência/divergência* entre as duas correntes de pensamento. Nesse sentido, o presente texto coloca como objetivo central comparar a concepção de ruptura revolucionária de Immanuel Wallerstein com a de Ruy Mauro Marini, os principais expoentes das correntes acima mencionadas.

É muito significativo que as iniciativas e esforços de convergência se deem por parte de autores brasileiros diretamente ligados à teoria marxista da dependência, cuja mais destacada é de autoria de Theotônio dos Santos (2000), posteriormente seguida por Carlos Eduardo Martins (2011), enquanto que nas universidades centrais, com a rara exceção de Giovanni Arrighi<sup>1</sup> (2002), não há qualquer esforço em avaliar minimamente as possibilidades de tal convergência. Enquanto os esforços de convergência são relativamente recentes, não se pode dizer o mesmo para os esforços de divergência. Desde o início do desenvolvimento da análise dos sistemas-mundo, Immanuel Wallerstein (1974) definiu a dependência não apenas como eufemismo dentre outros tantos, mas como redundante no interior de um sistema-mundo interdependente. Chama atenção o fato de que no conjunto da obra de Ruy Marini não haja qualquer menção às análises do sistemas-mundo.

Entre as *convergências* podemos levantar sumariamente: a) partilham a concepção de que o capitalismo se expande e começa sua mundialização a partir do século XVI; b) a análise dinâmica da hierarquização do sistema capitalista mundial e da divisão internacional do trabalho; c) a crítica ao desenvolvimentismo e à viabilidade de reprodução de etapas/modelos dos países centrais; d) a perspectiva de que a estrutura de exploração e dominação do sistema capitalista mundial se dariam através da superação do próprio capitalismo; e e) recolocam na pauta de partidos e movimentos sociais, *o que fazer político*. No lado oposto, entre as principais *divergências*, podemos elencar: a) diferentes origens e in-

<sup>1</sup> Na realidade o artigo de Arrighi ao enfatizar mais as divergências do que as convergências entre as duas correntes teóricas, limita Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto como seus principais interlocutores, considera que a teoria da dependência é não apenas desdobramento crítico das teorias da modernização, como compartilha vários de seus pressupostos com esta, resta como único ponto positivo para a teoria da dependência desenhada por Arrighi sua crítica ao aprofundamento das desigualdades dentro da globalização nos anos 1990.

fluências<sup>2</sup>, enquanto a ASM tem origem e trajetória acadêmica e influências ecléticas, a TMD tem origem militante e leninista; b) metodologicamente divergem quanto à unidade de análise, para a ASM a unidade de análise substitui a categoria analítica sociedade pela categoria sistema histórico, de modo que a unidade de análise da TMD é o processo e as contradições do desenvolvimento capitalista latino-americano; c) para a ASM a economia-mundo é estrutura por um modelo trimodal com centros, semiperiferias e periferias, e para a TMD a estrutura do sistema capitalista mundial divide-se entre países imperialistas e países dependentes, com a possibilidade do exercício de uma política subimperialista por alguns países dependentes; e d) possuem diferentes concepções tanto sobre os sujeitos como sobre a forma em que se daria a superação do capitalismo.

Sem dúvida trata-se de uma temática rica e pouco explorada, prenhe de mal-entendidos e lacunas, donde cada ponto de *convergência/divergência* entre a TMD e a ASM permitiria redigir um trabalho em separado. Assim, retomando o fio de nosso objetivo central – comparar as concepções de ruptura revolucionária em Wallerstein e Marini –, consideramos que se trata de uma das questões mais polêmicas e também a menos debatida. Tal debate só é compreensível tendo em mente os referenciais teóricos e metodológicos de ambos os autores. Nesse sentido, o texto inicialmente passa pela apresentação do modo como cada autor concebe a transformação revolucionária, para num segundo momento compará-las.

### **Os movimentos antissistêmicos, os socialismos, a crise sistêmica e a mudança controlada em Immanuel Wallerstein**

Para compreender a concepção de ruptura sistêmica em Wallerstein é importante partir dos sujeitos que a realizariam, sobretudo para resgatar as avaliações sobre os limites estratégicos dos *movimentos antissistêmicos* da “velha esquerda” frente a ascensão de um novo tipo de movimento antissistêmico a partir de 1968. Nesse sentido, compondo a “velha esquerda” podemos encontrar na arena política crítica, à esquerda no espectro político, os movimentos antissistêmicos. Uma definição que abrange – histórica e analiticamente – dois tipos de movimentos populares distintos: os movimentos sociais e os movimentos nacionais. Os *movimentos sociais* eram concebidos inicialmente como sindicatos e partidos socialistas, procuravam promover a luta de classes dentro de cada Estado contra a burguesia; já os *movimentos nacionais* lutavam pela criação de um Estado nacional, seja pela unificação de unidades políticas separadas, ou pela luta contra o colonialismo e imperialismo (Wallerstein, 2002, p. 29).

<sup>2</sup> Para as origens e influências dos autores sugerimos para Wallerstein o trabalho de Aguirre Rojas (2003) e para Marini de Seabra (2018).

A questão é que para Wallerstein haveria uma série de limites nas estratégias desses movimentos da “velha esquerda”: 1) inicialmente estes movimentos sociais e nacionais se afirmavam como *revolucionários*, mas quando no poder, viam a permanência da revolução como ameaça a sua estabilidade e ou mesmo à sua sobrevivência; 2) foram movimentos que enfrentaram as piores condições de repressão e ilegalidade para sobreviverem; 3) nos debates internos prevaleceu a *tese da tomada do poder do Estado*, definida pelo autor como *estratégia de dois passos*: primeiro tomar o poder, depois transformar o mundo (Wallerstein, 2002, p. 30; 2004, p. 241); 4) ambos os movimentos lutavam com a tensão entre *reforma e revolução* como vias para a transformação, distinção que se tornaria cada vez mais vaga à medida que cada movimento prosseguia sua trajetória política; e 5) esses movimentos não foram capazes de levar até as últimas consequências a *estratégia de dois passos*, posto que tomado o poder, estes movimentos perceberam que o sistema interestatal limitava a soberania dos países em revolução. Isso significa que “o poder do Estado era mais limitado do que tinham pensado” (Wallerstein, 2002, p. 32).

Dados os limites estratégicos dos movimentos da “velha esquerda”, o balanço da situação mundial nos anos 1960 era de que estes movimentos se viam travados na transformação revolucionária de seus países. Portanto, Wallerstein conclui que a *estratégia de dois passos* havia fracassado monumentalmente, posto que tais movimentos convertidos em governo no poder seja na África, Ásia, Europa Oriental, América Latina e, até mesmo, a socialdemocracia na Pan-Europa, não lograram transformar o mundo. Essa conjuntura esteve nas bases da *revolução mundial de 1968*. Parte significativa dos protestos daquele ano referia-se à desilusão da juventude com as esquerdas no poder (tanto com os partidos socialistas, mas também com os movimentos de libertação nacional na periferia), vistas não apenas como fracassadas, mas ainda pior, “como agentes de legitimação do sistema-mundo existente” (Wallerstein, 2001, p. 136-137). Os movimentos de 1968 miravam não apenas a crítica à hegemonia dos Estados Unidos, mas também ao conluio desta hegemonia com a ex-União Soviética, quer dizer, da crítica ao imperialismo e à estrutura bipolar do sistema-mundo chegava-se à conclusão de que a “velha esquerda” era parte fundamental do problema. Assim, segundo Wallerstein a população mundial deixou de acreditar que os partidos trariam um futuro glorioso, e como consequência da perda de confiança nessa modalidade de movimento antissistêmico, tenderam a retirar a fé no Estado como mecanismo de transformação (Wallerstein, 2002, p. 34).

Além dos sujeitos da transformação, um segundo ponto necessário à compreensão da ruptura sistêmica é a *profunda crise estrutural do capitalismo histórico* que tem início nos anos 1970, cujo sintoma mais evidente é a crise da hegemonia norte-americana como potência global. Nesse sentido, o autor descreve a crise sistêmica como

“a situação em que o sistema chegou a um ponto de bifurcação, ou ao primeiro de sucessivos pontos de bifurcação. Ao se afastarem de seus pontos de equilíbrio, os sistemas chegam a essas bifurcações, onde múltiplas soluções para a instabilidade, por oposição a uma única, se tornam possíveis. Nesses pontos, o sistema vê-se diante de uma escolha entre possibilidades. A escolha depende tanto da história do sistema como da força imediata de elementos externos à sua lógica interna. Esses elementos externos, chamados ‘ruídos’, são ignorados quando os sistemas estão funcionando normalmente” (Wallerstein, 2001, p. 135).

Dado o esgotamento das tendências seculares, Wallerstein sugere duas bifurcações, cujas conclusões levam diretamente ao problema da *transição*. A primeira bifurcação seria efeito da *revolução mundial de 1968*. A segunda bifurcação, datada da queda do Muro de Berlim em 1989, ainda que difira de 1968 na aparência, na realidade contribuiu para atualização da desilusão com a via reformista liderada pelo Estado e a impossibilidade de alcançar pelas reformas a igualdade no sistema-mundo (Wallerstein, 2001, p. 138). É no mínimo curioso e peculiar o otimismo de Wallerstein em relação ao colapso do socialismo soviético. Para ele não significou nem uma derrota e nem um desastre para a esquerda. Ao contrário, para o autor a segunda bifurcação

“Não só nos libertou coletivamente do albatroz de uma estratégia e uma retórica leninistas que já não eram úteis, como também impôs um enorme fardo ao centro liberal, removendo o apoio estrutural que recebia de fato dos movimentos leninistas, que há muito controlavam o radicalismo popular com suas garantias de “amanhãs brilhantes” por meio da fé em um presente desenvolvimentista e leninista (Wallerstein, 2004, p. 257).

Essa dupla concepção, pessimista em relação à herança leninista e otimista em relação a superação da mesma, resulta do fato de que para Wallerstein a Revolução Russa é herdeira da Revolução Francesa. Não bastava a fé no progresso e na racionalidade abertas pela Revolução Francesa, “era necessário que o proletariado (ou as massas populares) funcionasse sob a égide de um grupo dedicado de quadros, organizados como um partido ou partido/Estado. Este codicilo veio a chamar-se leninismo” (Wallerstein, 2004, p. 228). Nesse sentido, o leninismo é uma Teoria da História ainda mais otimista do que o modelo-padrão da Revolução Francesa<sup>3</sup>, “pois o leninismo insistia que havia uma evidência material que

<sup>3</sup> Outro elemento levantado pelo autor para questionar o leninismo é que este insistia na viabilidade alcançar e, inclusive, ultrapassar o “líder ocidental” pelo desenvolvimento das forças produtivas, concepção que reforçaria posteriormente as ilusões desenvolvimentistas.

nos permitia verificar se a história estava evoluindo conforme o planejado” (Idem, p. 229).

O problema para Wallerstein é que as revoluções ocorridas nos últimos 200 anos estão prenhes da concepção de progresso evolucionário, de uma Teoria da História que implica não apenas a presunção de que o sistema posterior será melhor do que o anterior, mas também de que um novo grupo substitua o grupo dominante anterior. Assim, “o capitalismo terá sido não só um progresso em relação ao feudalismo, mas terá sido construído pelo triunfo revolucionário da burguesia sobre a aristocracia fundiária” (Wallerstein, 2001, p. 90). Portanto, para Wallerstein não houve um ciclo de revoluções burguesas, e aqui começamos a compreender o que ele entende por *ruptura, mudança ou transformação sistêmica*. A imagem correta é a de que:

o capitalismo histórico surgiu através da transformação da aristocracia fundiária em burguesia, porque o sistema velho estava se desintegrando. Em vez de permitir que tal desintegração continuasse em uma direção incerta, a própria aristocracia empreendeu uma cirurgia estrutural radical, tendo em vista manter e expandir significativamente sua capacidade de explorar os produtores diretos (Wallerstein, 2001, p. 90-91).

A teleologia leninista se fundaria no pressuposto de que as “revoluções burguesas” inspiraram, em maior ou menor grau, as revoluções proletárias do século XX, o que quer dizer, que tal como a burguesia derrubou a aristocracia, o proletariado derrubaria a burguesia. Se, conforme Wallerstein, o que houve foi a transformação da aristocracia agrária em classe burguesa, o impasse se coloca da seguinte maneira: “Se não houve revolução burguesa, não houve e não haverá revolução proletária? Não, nem do ponto de vista lógico nem do empírico” (Wallerstein, 2001, p. 91).

Não houve e não haverá revolução proletária porque o movimento socialista mundial, ou melhor, todas as formas de movimentos antissistêmicos foram produtos do capitalismo histórico. “Não foram/são estruturas externas ao sistema histórico; resultaram de processos a ele internos. Consequentemente, refletem/refletem todas as contradições e restrições do sistema. Não poderiam ter sido ou ser de outro modo” (Wallerstein, 2001, p. 92). Portanto, não há possibilidade de triunfo para qualquer intento revolucionário enquanto prevalecer o Moderno Sistema-Mundo. Como o sistema-mundo atravessa uma crise estrutural e adentramos uma *era de transição* – um período de bifurcação e caos –, as questões que defrontam os movimentos antissistêmicos no século XXI são colocadas de forma muito diferente para aqueles dos séculos XIX e XX. “A estratégia em dois passos, orientada primeiro para o Estado, tornou-se irrelevante” (Wallerstein, 2002, p. 34).

O período de transição abre pelo menos duas possibilidades que devemos distinguir: entre a *desintegração* e a *mudança controlada* do moderno sistema-mundo. Nesse sentido, não se trata da organização política e nem mais da tomada do poder, mas de

distinguir entre o tipo de transformação estrutural que deixaria intocadas (ou mesmo reforçadas) as realidades de exploração do trabalho e um outro que pudesse eliminar ou pelo menos reduzir esse tipo de exploração. Isso significa que a questão política de nosso tempo não é se haverá ou não uma transição do capitalismo histórico para alguma outra coisa. Isso é certo. A questão política do nosso tempo é se essa outra coisa, o resultado da transição, vai ser moral e fundamentalmente diferente daquilo que temos agora, se vai ser progresso (Wallerstein, 2001, p. 91-92).

Dito isso, sua conclusão sobre a transição sistêmica é bastante simples:

Essa luta não está tomando a forma de socialismo *versus* capitalismo, mas a de uma transição para uma sociedade relativamente sem classes *versus* de um modo de produção baseado na divisão em classes (diferente do capitalismo histórico, mas não necessariamente melhor) (Wallerstein, 2001, p. 92).

Em trabalhos dos anos 2000, essa clivagem entre uma sociedade relativamente sem classes e outra baseada em classes sociais ganhará os nomes de *Espírito de Davos* e *Espírito de Porto Alegre*<sup>4</sup>. O primeiro, fundado em 1971 sob o nome Fórum Econômico Mundial e realizado anualmente na cidade de Davos, “surgiu para ser um local de encontro dos poderosos e aspirantes a poderosos do mundo, procurando coordenar suas ações e estabelecer um programa normativo em nível mundial, um evangelho a ser espalhado” (Wallerstein, 2004, p. 295). O segundo, com edições desde 2001, sob o nome Fórum Social Mundial, “surgiu para desafiar Davos – a sua filosofia subjacente, os seus programas específicos, a sua visão do futuro. O slogan de Porto Alegre é ‘outro mundo é possível’. Outro em relação a quê? Obviamente, ao mundo imaginado e implementado por Davos” (Idem, p. 295).

Podemos concluir que para Wallerstein, a transição apresenta certas peculiaridades em relação àquelas elaboradas pela teoria marxista. Primeiro, porque os movimentos antissistêmicos não têm condições de realizar efetivas revoluções,

<sup>4</sup> Wallerstein (2011, p. 37) define cada uma dessas posições como *espírito* “porque não existem organizações centrais em nenhum dos lados desta luta e, porque certamente, os patrocinadores dentre de cada corrente se encontram profundamente divididos sobre que estratégia adotar”.

uma vez que estas seriam realizadas dentro dos limites do moderno sistema-mundo e prenes da ideologia do progresso. Segundo, ao longo do século XX, o Estado-nação mostrou-se bastante limitado como meio para transformações estruturais no interior dos países, devida à hierarquização e interdependência do próprio sistema interestatal mundial, fato que faz com que a soberania nunca seja plena. Terceiro, desde 1968 tomar o poder do Estado não faz mais sentido, dada a crise estrutural do sistema-mundo e suas instituições de controle (o próprio Estado-nação se deslegitima), além do que, a ascensão de novos movimentos antissistêmicos reduz a força da estratégia de tipo leninista. E, por último, não há revolução possível, mas a transição de um sistema histórico a outro, como vagamente o autor menciona, isso pode ocorrer em 25, 50 ou 100 anos, daí que a centralidade da estratégia não é tomar o poder, mas debater o que queremos e esperamos, não abandonar a participação eleitoral, “desmercantilizar” a produção que opere no mercado com mais objetivo à vida do que ao lucro, horizontalizar e democratizar os movimentos sociais.

#### **As revoluções, o partido, o Estado e os socialismos em Ruy Mauro Marini**

É importante iniciar a concepção de ruptura revolucionária em Ruy Marini pelo significado atribuído às revoluções burguesas e socialistas – sobretudo, porque a partir de 1992 houve significativo refluxo do movimento socialista mundial. Assim, para o autor a dinâmica de expansão mundial do capitalismo iniciada no século XVI, “no seio da Europa feudal, como um lento e doloroso processo de transformação do mundo, o qual não se concluiu ainda inteiramente”, atravessou uma série de *revoluções burguesas*. De modo que, após um século, “com a maturação de uma nova estrutura de classes dentro da sociedade feudal, abre-se a era das revoluções burguesas, começando pela Holanda e pela Inglaterra, estendendo-se durante mais de dois séculos” (Marini, 1992, p. 8). Tanto a dinâmica do capitalismo como o ciclo de revoluções burguesas são qualquer coisa, menos algo linear e regular. Marini destaca um elemento favorável ao desenvolvimento das revoluções burguesas: ainda que a burguesia seja uma classe nascida dentro do feudalismo, esta ao repousar suas bases sobre a propriedade privada dos meios de produção, pode se aliar ao feudalismo – mesmo disputando o poder estatal com este estamento – dado que ambas se estruturavam sobre a exploração do trabalho (Marini, 1976, p. 88).

A questão é que “o socialismo inicia uma nova era histórica, do mesmo modo que o fez o capitalismo, em meados do século XVI” (Marini, 1992, p. 8). Se a consolidação do capitalismo em escala mundial ainda é um processo incompleto, em pleno movimento, de modo similar Marini considera que mesmo tendo ocorrido o colapso da principal experiência socialista da história, da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, não deveríamos nos surpreender



com o fato de que o socialismo não surja na história como uma forma acabada e perfeita. Antes, é necessário admitir que, como processo histórico, ele teria que ser contraditório e imperfeito, teria que sofrer o impacto dos processos econômicos e das lutas de classe que o informam, teria, sobretudo, que refletir o fato de se constituir num mundo dominado pelo capitalismo e de se opor a ele. Em suma, o socialismo só pode ser entendido como processo histórico real e não como fruto da imaginação, construção abstrata de gabinete (Marini, 1992, p. 9).

O otimismo do autor frente à nova realidade imposta pelo refluxo do movimento socialista mundial se deve ao fato de que o socialismo é um período de transição para uma nova era histórica, todavia, como período de transição a construção do socialismo traz elementos novos, advindos das relações sociais tanto do novo modo de produção, como também daquele já existente, que se formam não pela simples combinação de ambos, mas principalmente através do enfrentamento e luta entre eles. Nesse sentido, a história do período de transição é a dos êxitos e dos fracassos do novo modo de produção e da classe que o representa, em sua projeção ao futuro (Marini, 1998, p. 112). Portanto, os retrocessos sofridos pelo colapso soviético, sandinista, africano, como as dificuldades cubanas e o enigma chinês, devem ser lidos não como “fracassos”, mas como um futuro ainda mais difícil e doloroso do que imaginávamos. Basta ver as recentes dificuldades venezuelanas em transitar ao socialismo sem a retaguarda internacional soviética. Em vários momentos Marini considera que a Revolução Continental (latino-americana), antessala da Revolução Mundial, não de modo abstrato, mas como processos que atravessam a questão nacional que influem na correlação de forças mundial, ainda que sejam processos limitados pelas dificuldades econômicas, culturais, tecnológicas, pelo isolamento imposto e situados onde o socialismo dispõe de escassa viabilidade, são de suma importância na superação definitiva do capitalismo.

Mas o socialismo como período de transição só é compreensível tendo em conta a centralidade da *revolução* para a teoria marxista da dependência. Tal centralidade se deve à compreensão da especificidade do desenvolvimento capitalista latino-americano, à começar pela forma subordinada de inserção da América Latina ao sistema capitalista mundial estruturado pela dinâmica dos países centrais. Portanto, a dependência define-se

como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. (Marini, 2000, p. 109)

Nesse sentido, o subdesenvolvimento característico do capitalismo latino-americano não é uma etapa prévia ao desenvolvimento, mas sim produto necessário da própria expansão e estrutura do desenvolvimento capitalista em escala mundial. Não se trata de “falta” ou “deformação” do capitalismo, mas de uma forma *sui generis* de desenvolvimento. Dada a inviabilidade de reprodução dos padrões históricos dos países imperialistas, no capitalismo dependente não cabe papel progressista às suas burguesias internas, quer dizer, a concepção clássica de revolução burguesa e todas suas consequências democratizantes, racionalizadoras e dinamizadoras do capitalismo não são reproduzíveis na América Latina. Portanto, a teoria da dependência leva a descartar qualquer possibilidade de desenvolvimento capitalista autônomo na América Latina, mas a afirmar que o anti-imperialismo consequente é diretamente ligado ao anti-capitalismo “o que implica que a luta contra a dependência se conceba necessariamente como luta pelo socialismo” (Idem, 1992, p. 89).

E a luta pelo socialismo para Marini ao seguir a linha aberta por Vladimir Lenin, considera que:

a luta pelo socialismo é, fundamentalmente, uma *luta política*, no sentido de que o proletariado tem que contar com o poder do Estado para quebrar a resistência da burguesia a seus interesses de classe e *impor* aos setores mais débeis desta, as camadas médias burguesas, que subsistem ainda durante certo tempo, uma política que *destrua suas bases materiais de existência* (Marini, 1974, p. 11).

Em outras palavras, tomar o poder do Estado é para Marini, indiscutivelmente, a melhor forma de desenvolver as lutas de classes em favor do proletariado e dos grupos subalternos, independente da forma ou via com que isso ocorra – quer dizer, violenta ou pacífica. A concepção da inviabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, o acirramento das contradições do capitalismo dependente, a combinação de anti-imperialismo com anti-capitalismo, quer dizer, a ruptura revolucionária como via de superação do marco dependente, leva Marini a retomar a teoria da revolução leninista, que estabelece “com precisão a relação entre a tomada do poder e a transformação social, ou seja, entre a revolução proletária e a transição ao socialismo” (Marini, 1976, p. 89).

Entendida como processo de ruptura dialética, a revolução na América Latina, não efetivaria de imediato o socialismo, seria num primeiro momento caracterizada por uma aguda luta de classes, através da qual a classe revolucionária incorpora amplas massas à luta pela destruição do velho Estado e começa a constituir seus próprios órgãos de poder, essa *etapa nacional-democrática* é muito mais a expressão de determinada correlação de forças, onde o poder burguês continua subsistindo, do que o esforço em reformar o capitalismo depen-

dente (Marini, 1974, p. 12). Quer dizer, a etapa democrática da Revolução não é para Marini o mesmo que a realização das tarefas burguesas por se fazer, isso é certo para o capitalismo dependente onde a democracia se desenvolveu de forma restringida, o que dentro da etapa nacional-democrática implicaria em realizar: a) *soberania*, posto que na América Latina, a democracia “implica, como pressuposto necessário, colocar o tema da sua capacidade para autodeterminar-se, ou seja, desenhar suas metas em liberdade, atendendo primariamente às exigências de seus povos”; e b) *justiça social*, uma vez que a soberania política é instrumento para conquistas econômicas, de satisfação das necessidades mais urgentes, caminho para a superação das condições de superexploração e miséria em que vivem as classes trabalhadoras (Idem, 1992, p. 13).

A revolução não se daria no vazio ou apenas como resultado das contradições objetivas do capitalismo dependente. Ainda que seja notável que o sujeito privilegiado da revolução para Marini seja o proletariado, é preciso ter em mente que tal centralidade resulta do fato de que “o capitalismo baseado na superexploração inviabiliza toda possibilidade de desenvolvimento autônomo e de relações de trabalho ‘justas’, imprimindo à luta de classes um cunho necessariamente socialista” (Marini, 2014, p. 174). Todavia, essa centralidade do mundo do trabalho, da redução de homens e mulheres em entidades profissionais superexploradas, tem de levar em conta que “antes de ser operário, engenheiro, empresário ou camponês, o indivíduo é homem ou mulher, é branco, índio ou negro, é um animal que depende do entorno ecológico para sua sobrevivência, entre outros aspectos. Como tal, lhe é lícito participar em movimento e organizações centrados em exigências particulares e específicas” (Marini, 1992, p. 34). Nesse sentido, para Marini a questão da organização é fundamental, posto, que é a partir da organização partidária que as tarefas de agitação e propaganda, de construção do programa e da autonomia na defesa e proposição dos próprios interesses, são estruturadas e ganham maior coerência. Vale aqui a reprodução do trecho de *Subdesenvolvimento e Revolução* a respeito da centralidade da organização:

Um movimento revolucionário que aponte à conquista do poder somente pode ser efetivo na medida de sua própria organização. O rechaço, por certos setores da esquerda, à organização partidária, além de ser uma herança de sua origem pequeno-burguesa, deve-se também à incompreensão do que significa esse tipo de organização. A questão não se apresenta em termos de construção de um partido fora do processo de luta e divorciado da elevação dos níveis orgânicos do movimento de massas; trata-se precisamente de abrir ao proletariado brasileiro – mediante o trabalho revolucionário junto às massas – a possibilidade de conformar sua organização de combate, seu par-

tido, garantindo assim sua capacidade de conduzir o movimento de massas à vitória (Marini, 2014, p. 268).

Tal consideração sobre a organização não significa que haja a absolutização do partido frente aos movimentos sociais ou quaisquer outras organizações autônomas populares, pelo contrário,

partidos e organizações sociais não representam entidades antagônicas. São modos de articulação que se referem a distintos âmbitos da vida real, a diferentes dimensões e instâncias da participação do homem na sociedade. Contrapô-los, na ótica autonomista, ou hierarquiza-los e subordiná-los uns aos outros, com propósitos instrumentalistas, conduz o homem e sua prática social à desintegração. Assumi-los como elementos interdependentes e harmônicos leva, inversamente, à recuperação do homem integral em sua diversidade e sua riqueza, permitindo aspirar à construção de uma sociedade que lhe proporcione o amplo espaço que ele requer para seu desenvolvimento” (Marini, 1992, p. 35).

Trata-se, portanto, da articulação de duas formas políticas distintas sem prevalecer o ímpeto autonomista e particularista, como também sem a dogmatização e instrumentalização. Assim como a conquista do poder não traz em si a possibilidade imediata de transformar de uma só vez as estruturas socioeconômicas, o partido/organização não pode substituir a classe nem na condução isolada do processo de tomada do poder e nem na construção da nova sociedade – daí as dificuldades substantivas da etapa nacional-democrática, inclusive a possibilidade de sofrer sérios reveses. São duas realidades presentes no atual movimento socialista mundial, a primeira enraizada em vários partidos socialistas da atualidade, um vanguardismo sem retaguarda, a segunda cristalizada nas dificuldades da experiência soviética cuja defesa da continuidade da revolução foi realizada à custa da democracia e participação popular.

Nesse sentido, Marini considera que o papel da vanguarda não é se antecipar às lutas sociais ou tentar dirigi-las em todos seus movimentos, como se fossem regimentos hierarquicamente dispostos. O papel da vanguarda é lutar junto aos trabalhadores, aos movimentos sociais, onde e como estes se lancem ao combate, no esforço de elevar o nível de consciência de seus interesses e desenvolver as formas de organização e ação política que eles mesmos encontram. Trata-se, portanto, de proporcionar às classes revolucionárias em seu conjunto a “direção política através das quais as lutas parciais que agora têm lugar se encaminhem progressivamente para o assalto direto do bastião da burguesia” (Marini, 2014, p. 201).

Ao final fica evidente a presença e reelaboração da teoria da revolução de Lenin na concepção de transformação revolucionária de Marini. Primeiro, o otimismo manifesto frente ao grande revés do movimento socialista mundial, assim como Lenin manteve-se otimista frente aos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial e da falência da II Internacional, Marini acredita nas possibilidades de renovação da esquerda e da consolidação do socialismo mundial como nova era histórica. Segundo, a leitura política de que no interior da cadeia imperialista os países dependentes representam seus “elos débeis”, donde as tendências mais nefastas do capitalismo mostram seu potencial explosivo e autodestrutivo, portanto, determinar o elo decisivo de uma corrente é fundamental para a tarefa principal do movimento socialista, daí a revolução continental como antecessora da revolução mundial. Terceiro, a importância tática da tomada do poder do Estado, como melhor maneira de desenvolver as lutas de classes em favor dos grupos subalternos, como parte do processo de transição ao socialismo – de modo algum dada como algo simples e triunfal. Por último, é evidente a importância da ação e organização partidária, da valorização da ação política dos diversos movimentos sociais de raça, gênero, etnia e nacionalidade, da capacidade de dar coerência e sentido para as diversas reivindicações de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, da construção de uma forma alternativa e radicalizada de democracia.

### ***Transição versus Revolução ou a reedição de Reforma e Revolução?***

Em vista do que desenvolvemos até aqui, não é difícil notar as profundas diferenças entre os autores em discussão. As imediatas diferenças entre os dois autores vão muito além de questões de ordem teórica, são diferenças, sobretudo, de orientação política das concepções sobre a ruptura revolucionária e suas possibilidades futuras, em outros termos, pontos de partida teórico-metodológicos muito distintos encaminham às ações políticas também diferentes. Portanto, não se trata de uma questão menor frente aos desafios abertos neste século XXI, o que coloca a ruptura revolucionária e a transição a outra qualidade de relações sociais no centro das discussões contemporâneas. Consideradas as teses acerca da transição em Wallerstein e aquelas acerca da revolução em Marini, como debate necessário e atual sobre os meios de alcançar a transformação qualitativa das relações sociais temos a demonstração sobre o quanto perdura a disjuntiva de Rosa Luxemburgo, *Reforma ou Revolução?* Retomar essa linha para comparação entre as teses dos autores não significa atribuir a um deles o rol de Eduard Bernstein e ao outro de Rosa Luxemburgo mecanicamente, mas de aproveitar as luzes lançadas pela disjuntiva que tornou a autora polonesa mundialmente conhecida para ponderar os avanços e limites de cada concepção. Todavia, alguns “paralelos” serão inevitáveis.

Não há espaço suficiente no artigo para reproduzir sistematicamente a obra de Luxemburgo, mas pode-se partir de sua questão fundamental: deveria a socialdemocracia alemã ser contra as reformas? Seria correto opor à revolução, como transformação da ordem existente às reformas sociais? Luxemburgo responde com um enfático “não”, posto que para a militante existe “um laço indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução, sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim” (Luxemburgo, 1999, p. 17). Aparentemente parece uma questão deslocada em relação ao debate proposto no artigo, todavia, o *problema de fundo refere-se à estratégia para transformação radical da sociedade, que passa pelo imperativo de se tomar ou não o poder de Estado*, o que torna pertinente nossa disjuntiva *transição ou revolução?*

Tanto Wallerstein como Marini rechaçam a via reformista, o “melhorismo” ou os caminhos de menor resistência para a ruptura com o sistema capitalista. Mas se distanciam enormemente em relação aos meios para a ruptura e superação do sistema capitalista, trata-se de uma distância tático-estratégica resultante de suas opções teóricas. Já vimos como Wallerstein concebe a revolução: revolução sistêmica ou caricatura de revolução! Portanto, diante do esgotamento das possibilidades de reforma, de retomada do equilíbrio das contradições sistêmicas, o sistema começa a flutuar violenta e repetidamente em seu caminho em direção à bifurcação, nesta situação caótica existem duas possibilidades completamente diferentes em criar uma nova ordem a partir do caos. É a partir dessa crise estrutural do moderno sistema-mundo que se produz uma batalha política que abarca todo o sistema e que indicará qual dos dois resultados possíveis e alternativos será coletivamente escolhido. Isso não significa efetivamente a morte da ação política, ao contrário, é evidente o otimismo do autor frente a fertilidade de experimentos políticos abertos pelo “câmbio de época”. De maneira que o autor considera importante distinguir entre a ação política de curto prazo (para os próximos três ou cinco anos) e a ação de médio prazo, que busca a prevalência do *espírito de Porto Alegre*. As ações de curto prazo possuem predominância sobre as demais, pois trata-se de *minimizar a dor*. Ainda que não seja indicado exatamente que conjunto de ações deveriam ser tomadas, o autor considera que as flutuações caóticas atingem mais diretamente os Estados, grupos e unidades domésticas mais débeis ao redor do mundo. Trata-se de uma luta de curto prazo para que as decisões políticas tomadas por governos endividados e carentes de recursos financeiros não lancem os cortes orçamentários sobre os segmentos mais débeis das sociedades (Wallerstein, 2011).

As ações políticas de médio prazo, para Wallerstein, implicam o abandono de qualquer compromisso com o *espírito de Davos* em busca de um sistema-mundo significativamente melhor, que seja relativamente democrático e igualitário. Portanto, a estratégia para esta opção consiste em mobilizar apoio de todas as partes, em cada momento e em todas as formas possíveis. A vejo [a estratégia]

como uma mescla de táticas que podem nos levar na direção correta<sup>5</sup> – (Wallerstein, 2011, p. 38). A primeira tática consiste em conferir grande importância à análise intelectual séria, que combine os diversos saberes produzidos ao longo da história, uma “discussão animada por uma grande abertura de espírito entre os que se inspiram, independente de como o definam, no espírito de Porto Alegre” (Ibidem, p. 38). A segunda, consiste no rechaço categórico do objetivo de crescimento econômico e substituí-lo por uma máxima “desmercantilização”, algo similar a proposta indígena andina de *buen vivir*. A terceira, refere-se ao esforço de criação de mecanismos de autossuficiência, principalmente daquilo referente aos elementos básicos da vida, como alimentos e moradia. A globalização que desejamos tem de superar a rigidez da divisão internacional do trabalho, como “uma ‘alterglobalização’ de múltiplas autonomias que se interconectam em busca da criação de um ‘universalismo universal’ composto pelos múltiplos universalismos existentes” (Ibidem, p. 38). A quarta tática diz respeito à importância da autonomia, da luta imediata contra a existência de bases militares estrangeiras por parte de quem quer que seja, independente de sua localização ou qualquer outra razão. Essa redução das bases militares reduziria substancialmente o desperdício de recursos com o complexo industrial militar. A quinta e última tática que acompanha as autonomias locais “é a agressiva busca de acabar com as desigualdades sociais fundamentais de gênero, raça, etnia, religião e sexualidades – entre outras” (Ibidem, p. 39). Wallerstein ainda adverte que a situação pode tornar-se ainda mais grave, caso as três super calamidades se escalem: mudança climática irreversível, pandemias de grande extensão e guerra nuclear. Nesse sentido, o autor considera que “quando o sistema está longe de equilíbrio, cada pequeno elemento tem um grande efeito, e a totalidade dos nossos elementos realizados em cada nanosegundo, em cada nano-espço, pode (*pode*, não deve) somar o suficiente para inclinar a balança da decisão ‘coletiva’ na bifurcação” (Ibidem, p. 39). Ao final temos que “o problema-chave não é organização, por mais importante que ela seja. O problema-chave é lucidez” (Idem, 2004, p. 264), lucidez em saber distinguir entre as forças que desejam mudar o sistema para que nada mude, “para que fiquemos com um sistema diferente mas tão ou mais hierárquico e polarizador” (ibidem, p. 264), o que sugere a plausibilidade dentro do esquema do autor da reedição daquela transformação da aristocracia fundiária em burguesia, logo frente à percepção da desintegração do

<sup>5</sup> Cabe destacar que essas “estratégias alternativas” variam de maneira sutil ao longo dos artigos publicados em datas não tão distantes, dando a impressão muitas vezes de uma teoria em busca do sujeito ou justificativa, prejudicando a correta compreensão de seu conteúdo cf. Wallerstein, 2002, p. 38-39, 2004, p. 259-264 e 2006, p. 86-90.

antigo sistema é possível que parte da grande burguesia converta-se em algum tipo de sujeito político aparentemente progressista<sup>6</sup>.

Para Marini, ao contrário de Wallerstein, a estratégia para transformação radical da sociedade passa tanto pela organização política como pelo assalto ao poder de Estado. Retomando brevemente a questão da legalidade específica do capitalismo dependente, neste capitalismo *sui generis*, a maneira como se aprofundam as contradições inerentes ao ciclo do capital; a exasperação do caráter explorado do sistema, configurando um regime de superexploração da força de trabalho; os obstáculos criados ao transito da mais-valia extraordinária à mais-valia relativa e seus efeitos sobre a formação de uma taxa média de lucro; o aprofundamento das tendências de concentração e centralização de capital – elementos que constituem a essência da dependência, que não podem ser suprimidos sem que se suprima o próprio sistema econômico que a engendra: o capitalismo (Marini, 1974, p. 11). Descartado qualquer progressismo por parte das burguesias internas nos países dependentes da América Latina, o anti-imperialismo e o anti-capitalismo tomam forma de lutas populares que indubitavelmente colocam a questão organizativa e a tomada do Estado como centrais à estratégia revolucionária. Para Marini, o partido não se limita à estrutura eleitoral para alternância periódica no interior do sistema político, o partido tem importância como instrumento de organização e formação, como instrumento para a ação política conseqüente ele é capaz de conferir uma direção efetivamente revolucionária às lutas populares, ao evitar “espontaneísmo” fugaz, os riscos de fragmentação ou, mesmo, a redução dessas lutas à condição de movimentos de causa única, facilmente absorvidos, neutralizados, e quiçá, aniquilados. Portanto, Marini concebe que o partido como instrumento político possibilita acúmulos que alimentam a busca de novos meios táticos de minar o capitalismo dependente e rumar à tomada do poder de Estado. Assim, entre esses novos meios táticos que elevam a cultura política e amadurecem o espírito revolucionário popular o autor elenca:

o controle operário, a co-gestão e a autogestão de empresas; a luta eleitoral e a participação no parlamento e nos governos locais; a participação e o controle popular sobre as políticas orçamentária, educacional, de saúde, de transporte público, junto à reivindicação de uma maior autonomia regional e local; a democratização dos meios de comunicação e o rechaço da censura; a crítica às desigualdades de base econômica, étnica e sexual (Marini, 1998, p. 123).

<sup>6</sup> As pistas para isso podem ser vistas na seguinte afirmação sobre a clivagem do *espírito de Davos*: “Os patrocinadores do espírito de Davos estão divididos entre os que se inclinam pelo punho de ferro e buscam esmagar seus oponentes em todos os níveis, e os que desejam cooptar aos que favorecem a transformação mediante falsos sinais de progresso (como é o caso do ‘capitalismo verde’ ou a ‘redução da pobreza’)” (Wallerstein, 2012, p. 10).



A questão é que a maioria, senão todos os meios táticos elencados por Marini passam pela disputa pelo controle do poder de Estado, e que no capitalismo dependente a experiência tem demonstrado aos povos da América Latina que a concentração dos poderes não mão de um Estado que não é seu, serve exclusivamente aos interesses de acumulação e dominação das burguesias internas em associação com as burguesias imperialistas. Assim, o partido organizando o conjunto das lutas populares e a relação acertada entre tática e estratégia que passa pela redução do poder político burguês ou o assalto completo do poder do Estado são formas de apontar à superação das relações de dependência com os centros imperialistas. O contrário de *dependência* não é *independência*, mas soberania popular, e com certa dose de realismo, Marini sugere que as revoluções na América Latina não são viáveis no isolamento imposto pela “comunidade internacional”, que a integração regional soberana, deixando de ser mero negócio, tem de converter-se num grande projeto político e cultural, na melhor tradição da esquerda latino-americana; pois essa integração regional alternativa é a melhor maneira de alterar a correlação de forças internacional em favor da revolução nacional e continental<sup>7</sup>. Realizada desde o Estado, mas não apenas por este, a construção dessa integração alternativa supõe

que operários, estudantes, intelectuais, mulheres, organizações sociais e políticas dos países latino-americanos forjem os instrumentos hábeis para a uniformização de suas demandas e para a coordenação de suas lutas no plano reivindicativo e da legislação laboral, da política educacional e das plataformas programáticas, e se empenhem na inclusão de representantes seus nos órgãos existentes ou por criar no marco do processo de integração (Marini, 1992, p. 61).

A disjuntiva *transição ou revolução?* levanta outra distinção relativa ao peso das experiências revolucionárias e/ou socialistas do século XX. Não parece uma diferença menor de apreciação histórica, num momento de incertezas, de crise estrutural do capitalismo, em que a segunda disjuntiva de Rosa Luxemburgo *socialismo ou barbárie* parece ser mais real do que nunca, tomar em consideração os intentos de transformação radical anteriores é uma importante tarefa para intelectuais e movimentos populares de todo o mundo.

A pressa com que Wallerstein se desfaz das experiências socialistas do século XX, se levada a sério pelos movimentos antissistêmicos pode cobrar uma fatura cara no futuro. As críticas e reavaliações são necessárias, mas reconhecer os méritos e o acúmulo também. Por exemplo, existe uma grande diferença entre os debates sobre *reforma ou revolução*, para afirmar que os “revolucionários na

<sup>7</sup> Para um esforço de teorização da integração anticapitalista na América Latina cf. Seabra, 2013.

prática não foram tão revolucionários, e os reformistas nem sempre reformistas. De fato, a diferença entre as duas abordagens se tornou cada vez menos evidente à medida que os movimentos avançavam suas trajetórias políticas” (Wallerstein, 2002, p. 32). De modo similar, prender as experiências socialistas do século XX numa versão de desenvolvimentismo e considerar que “Cuba, por exemplo, era uma economia exportadora de açúcar antes da revolução e continuou a sê-lo depois, pelo menos até o desaparecimento da União Soviética. Em suma, não houvera mudanças suficientes” (Ibidem, p. 33), não apenas faz o jogo do *espírito de Davos*, como também vem prenhe do esquerdismo que pode encaminhar os novos movimentos antissistêmicos a reproduzir os vícios daquilo que se ignora.

Contrariamente, Marini avalia que a crise que o movimento socialista adentrou a partir do começo dos anos 1990 tem de levar em consideração dois fatos: primeiro, que se trata de uma crise política, mas não necessariamente teórica. Isso quer dizer que a teoria socialista desenvolvida desde o século XIX “revelou os fundamentos da economia capitalista e da sociedade burguesa; evidenciou a perversidade estrutural e a expropriação do trabalho social que elas propiciam, e armou ideologicamente os povos que contra ela lutaram” (Marini, 1998, p. 107). Segundo, cabe a questão referente ao colapso do “socialismo real”, se este encerra a busca de formas superiores de organização social ou “apenas representa mais um daqueles momentos de autocritica radical que marcam a história do socialismo e dos quais este ressurgiu com uma criatividade renovada” (Ibidem, p. 108). No entanto, o conjunto de triunfos e derrotas do socialismo no século XX e neste começo de século XXI proporciona uma vasta gama de experiências, cuja reflexão ainda está longe de se esgotar, de modo que podem ser pontos de partida para novas formas de ação política, desde que esta reflexão esteja ligada à análise concreta da situação concreta, não como mera invenção. No balanço final de Marini sobre essas experiências, não seria exagero afirmar seu acordo com a resposta de Luxemburgo ao dizer que “os próprios ataques ‘prematurados’ do proletariado contra o poder de Estado são fatores históricos importantes, que contribuem a provocar e determinar o *momento* da vitória definitiva” (Luxemburgo, 1999, p. 105). Ou seja, as revoluções na periferia do capitalismo – vistas de hoje – parecem “prematuras”, “cedo demais”, mas dadas as contradições e a barbárie a qual os povos da periferia são submetidos, não há outra via a não ser verem-se forçados a apossarem-se do poder político uma ou várias vezes prematuramente!

Retomando a disjuntiva luxemburguiana de “reforma ou revolução” na forma “transição ou revolução” como mote comparativo e deixando certas afinidades entre as duas concepções, a diferença básica entre ambas reside em: de acordo com a concepção de Marini a importância da *organização política na forma partidária está em preparar o conjunto dos movimentos sociais sem perder o poder de Estado de vista*, quer dizer, preparar o *fator subjetivo* da transformação socialista,

mas sem perder os fatores objetivos de vista; ao passo que para Wallerstein, a importância está no *curso evolutivo das tendências históricas do moderno sistema-mundo, nas possibilidades de opções políticas abertas pelo ponto de bifurcação resultante da crise estrutural*, ou seja, no *fator objetivo* da transição, cujos fatores *subjetivos* são subordinados às possibilidades objetivas. Em outros termos, para Marini não há oposição entre *revolução* e *transição*, é Wallerstein quem faz a oposição entre as duas palavras de ordem ao abandonar a dialética subjetiva-objetiva histórica.

É inteiramente falso e contrário à história representar o esforço pela transformação radical unicamente na aposta da bifurcação, como fenômeno possível apenas *se* mundial, e a revolução que toma o poder político como produto do capitalismo histórico. Quem quer que se pronuncie a favor do método da transição controlada, *em vez de e em oposição* à conquista do poder político e à revolução, parafraseando Rosa Luxemburgo, não escolhe um caminho mais realista ou menos normativo, mas se ancora na pior forma de *catastrofismo* que realiza a aposta irresponsável na fórmula do *quanto pior melhor*, como se repentinamente, sem organização e formação intelectual prévia os movimentos populares, ou melhor, o conjunto dos *condenados da terra* ao redor do mundo seriam iluminados e se poriam em movimento concertado através do *divino espírito santo de Porto Alegre*.

### Considerações finais

O objetivo foi buscar retirar dos autores em discussão as consequências políticas de suas elaborações teórico-conceituais com foco na problemática da transformação radical do sistema capitalista. Ainda que encontremos certas referências à convergência, ou a conversão da teoria marxista da dependência no sistema-mundo, após breves considerações sobre a perspectiva da transformação estrutural em ambos os autores, o fosso abismal entre as consequências políticas das obras de Wallerstein e Marini deveria encaminhar à rejeição da convergência, ou ao menos, servir de sério aviso aos interessados em tal esforço teórico.

Corretamente Wallerstein avalia que frente à crise estrutural do capitalismo mundial e todas as contradições daí resultantes, as questões que defrontam os movimentos antissistêmicos no século XXI são colocadas de forma muito diferente para aqueles dos séculos XIX e XX. Desde questões pouco abordadas nos séculos anteriores como ambiental, energética, gênero e raça, até novas orientações táticas, como por exemplo, centralidade da internet como meio de dinamização do capital e daí o imperativo de uma militância *hacker*, não resta dúvidas de que são questões muito diferentes para os movimentos antissistêmicos do século XXI. Todavia, é necessário avaliar dentro do império do *novo*,

aqueles elementos de *continuidade* e os de *descontinuidade*, daí que basta uma observação detalhada para perceber que são todas questões e orientações táticas que de um modo ou de outro passam pelo poder de Estado, como Marini defendeu a cerca de duas décadas.

O conforto de enunciar uma série de postulados acadêmicos desde Nova Iorque ou Paris leva ao comodismo e facilidade em insistir na afirmação de que o colapso mundial ocorrerá nos próximos 25, 50 ou 100 anos, apostar as fichas num “movimentismo” mundial abstrato e olvidar da importância de *como* organizar, politizar e preparar os movimentos antissistêmicos para o período fértil de experimentos. Nesse ponto, a crueza e dureza da violência contrarrevolucionária, de vários exílios impostos pelo risco da própria desapareção física sob condições de extrema violência, permite forjar um realismo teórico que não cai no vazio postulante, mas que desde a análise concreta da situação concreta, mantém o otimismo e a chama socialista viva. Tudo isso não significa que seja impossível ou improdutivo estabelecer debates entre as duas correntes teóricas, mas que de nossa perspectiva seguimos a máxima de Lenin: “bater juntos, caminhar separados” (Lenin, 1983, p. 71).

## 6. Referências

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Immanuel Wallerstein: crítica del sistema-mundo capitalista*. Ciudad de México: Ediciones Era, 2003.
- ARRIGHI, Giovanni. Global inequalities and the legacy of dependency theory. *Radical Philosophy Review*. 5 (1/2), p. 75-85, 2002.
- LENIN, Vladimir. “Los Bolcheviques y la Pequeña Burguesía” In: *Obras Completas, Tomo 15*. Febrero-Junio de 1907. Moscú: Editorial Progreso, 1983.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MARINI, Ruy Mauro. “Prologo” In: BAMBIRRA, Vania. *La Revolución Cubana, una reinterpretación*. México: Nuestro Tiempo, 1974.
- \_\_\_\_\_. *El reformismo y la contrarrevolución (estudios sobre el Chile)*. México: Ediciones Era, 1976.
- \_\_\_\_\_. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, nº 12, México, D.F., abril-junio, pp. 20-39, 1977.
- \_\_\_\_\_. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- \_\_\_\_\_. Duas notas sobre o socialismo. *Lutas Sociais*, nº 5, p. 107-123, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2014.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SANTOS, Theotônio. *Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- SEABRA, Raphael Lana. La Alianza Bolivariana: el redescubrimiento del antiimperialismo en América Latina. *Politeia*, 36 (51), p.51-81, 2013.
- SEABRA, Raphael Lana. La *Política Obrera* como prelúdio de la Teoría Marxista de la Dependencia in CRISTÓBAL CÁRDENAS, Juan y SEABRA, Raphael Lana (orgs.). *El giro dependentista latino-americano*. Mimeo, 2018.
- WALLERSTEIN, Immanuel. "Dependence in an Interdependent World: The Limited Possibilities of Transformation within the Capitalist World Economy" In: *African Studies Review*, vol. 17, no. 1, pp. 1-26, 1974.
- \_\_\_\_\_. *The capitalist world-economy*. New York: Cambridge University Press/ Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- \_\_\_\_\_. "New Revolts against the System" In: *New Left Review*. London, nº18, p. 29-39, nov/dec, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- \_\_\_\_\_. *World Systems-Analysis. An introduction*. Durham: Duke Universtiy Press, 2006.
- \_\_\_\_\_. Structural Crisis in the World-System. Where Do We Go from Here? *Monthly Review*, Volume 62, Number 10, p. 31-39, march 2011.

Recebido em 17 de agosto de 2018

Aprovado em 10 de junho de 2019